

PARECER DO CONTROLE INTERNO

A CPL – Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, solicitou a esta Secretaria da Controladoria Interna do município, análise, seguido de Parecer sobre:

2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO 002.1/2022-PMI-SEMED-D.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO ANEXO DA ESCOLA EMAÚS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO.

I - PRELIMINARMENTE

A Controladoria Interna tem sua legalidade prevista no art. 31 da Constituição Federal/1988. Concomitantemente, na Lei Complementar nº 101/2000 e Resolução do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM-PA.

II – DA ANÁLISE RESUMIDA

O processo em análise é composto por volume único, no qual consta o seguinte:

1. Ofício Nº487/2023/SEMED/GAB;	6. Autorização de abertura do processo;
2. Memorando do fiscal do contrato;	7. Termo de autuação;
3. Solicitação de aceite do locador;	8. Processo de 2º termo de prorrogação;
4. Termo de aceite do locador, anexo documentos;	9. Minuta do termo aditivo;
5. Cópia do contrato;	10. Parecer jurídico.

1. Quanto à formalização atende os requisitos da Lei. 8.666/93 e seus correlatos. Até onde foi apresentado, não vislumbramos ilícitos. s.m.j.
2. A Secretaria Municipal de Educação solicitou e justificou a necessidade de aditar o prazo dos contrato e procedeu com a consulta de aceite do aditivo junto ao locador;
3. O locador Sr **JORGE PANTOJA CORRÊA (264.263.232-68)** concordou com a solicitação da **SEMED** e encaminhou a documentação exigida, que foi analisada e julgada regular pela CPL;
4. O processo foi autorizado pela autoridade superior;
5. A CPL formalizou o processo de aditivo, atuando-o, bem como ratificou pela regularidade documental do locador;
6. A Assessoria Jurídica emitiu Parecer Jurídico opinando favoravelmente pelo Aditivo.
7. Após a análise dos autos do processo, amparado na análise técnica, da comissão de licitação, bem como no parecer jurídico, recomendamos pela devida e pertinente publicação na imprensa oficial, no Mural de Licitações do TCM/PA e portal de Transparência do Município.

III – CONCLUSÃO

Na qualidade de responsável pelo Controle Interno do Município de Igarapé-Miri, e para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas do Município do Estado do Pará, após análise do processo de aditivo em questão amparada na análise técnica da CPL e acompanhando a análise da Procuradoria Municipal DECLARA-O revestido das formalidades legais.

Desta feita, retorne os autos à Comissão Permanente de Licitação, para as providências cabíveis e necessárias para prosseguimento.

É o parecer, s.m.j.

Igarapé-Miri-Pa, 29 de novembro de 2023.

Gilberto Ulissys Bitencourt Xavier
Secretário Chefe da Controladoria geral
Portaria nº 246/2022/GAB/PMI